



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

**EPISTEMOLOGIA DA
ARQUIVOLOGIA E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

A CONSIDERAÇÃO DA FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UMA BREVE ANÁLISE NO ÂMBITO JORNALÍSTICO

Aline Ribeiro de Farias⁷⁰

Telma Campanha de Carvalho Madio⁷¹

RESUMO

Este trabalho analisa a falta de entendimento de documentos fotográficos como documentos de arquivo em ambientes institucionais jornalísticos. Partindo da premissa de que as fotografias são atos comprobatórios das atividades desses jornais, discute que, a partir desse fato, a necessidade do entendimento da produção documental para a correta contextualização e entendimento das informações que a mesma deseja transmitir é de suma importância para que haja a concretização da ideia da mesma como documento de arquivo. Retrata-se também um breve histórico da fotorreportagem no país, para entender como esse objeto informativo se ligou ao contexto jornalístico. A partir desse enfoque, utiliza-se de uma análise de um estudo de caso da produção fotográfica de um jornal, retratando como a mesma é visualizada e alguns traços administrativos que tendenciam a fotografia para a consideração de um documento arquivístico e da sua importância dentro do ambiente jornalístico.

Palavras-Chave: Documento fotográfico. Documento de arquivo. Produção documental jornalística.

CONSIDERATION OF PHOTOGRAPHY AS RECORDS: A BRIEF ANALYSIS THROUGH THE JOURNALISTIC SCOPE

ABSTRACT

This study analyzes the lack of recognizing of photographic documents as records at Journal institutions. Based on the premise that photographs are proofs of the activities of a journal, it is discussed that, in due to that, it is of the utmost importance the need of the comprehension of records production to an assertive contextualization and comprehension of the information that the journal transmits, so

⁷⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UNESP/Marília). Bacharel em Arquivologia (UNESP/Marília). farias.alinerib@gmail.com

⁷¹ Professora assistente do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus Marília. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). telmacarvalho@marilia.unesp.br

that there is the accomplishment of it as a record. Also depicts a brief history of photojournalism in the country, to understand how this information object bound to the journalistic context. From that approach, is used for an analysis of a case study of the photographic production of a newspaper, depicting how it is viewed and the number of administrative features that tendenciam photography for consideration of an archival document and its importance within the news environment.

Keywords: Photographic document. Records. Journalistic record production.

1 INTRODUÇÃO

Considerada como um meio de expressar a realidade, a fotografia era inserida como recurso no contexto social para possibilitar uma mudança na percepção das pessoas diante a realidade. Através dela, era possível “conhecer” o mundo que talvez nunca fosse visto, guardar a “alma” das pessoas e a memória dos fatos. Esse novo olhar perante a fotografia fez com que ela fosse utilizada em diversos setores de veiculação de informação, em específico nesse caso, no contexto jornalístico, a fim de credibilizar a informação textual, revelando então o caráter informativo da fotografia.

Com a sua inserção lenta nos meios de veiculação e caracterizada vagarosamente como informação encontrou-se grande dificuldade em entendê-la devido à polissemia, a dificuldade de leitura e a dimensão de significados, acarretando problemas na compreensão das informações contidas nesse registro. Entretanto, a interpretação das imagens só é possível se a mesma for corretamente contextualizada dentro do ambiente em que foi produzida.

A instituição geradora, antes de remetê-la como fonte e a enregelar o espaço/tempo, necessita entender que é inviável considerá-la unicamente verdadeira, necessitando assim que as informações entorno dessas fotografias sejam cruzadas com outras fontes informacionais, contribuindo para a interpretação das ideias a serem transmitidas.

Por se tratar de uma produção das atividades cotidianas, as mesmas devem ser consideradas como documentos de arquivísticos, retratando no âmbito jornalístico uma realidade construída e codificada, não deixando de representar o espaço e o tempo determinado do acontecimento. Para essa consideração, deve-se

estabelecer parâmetros onde a gênese seja identificada em toda sua extensão; possibilitando a correta contextualização imagética e um entendimento sobre a estrutura administrativa da organização e de todos os procedimentos de trâmite e recuperação da informação.

Para o meio jornalístico, a fotografia é de grande aceitação social como representação visual da notícia, gerando muitas vezes maior impacto do que a notícia textual, e mostrando na maioria dos casos, que a compreensão perante o fato relatado seria dificultada se a mesma não estivesse ali, transmitindo perfeitamente, desde que não manipulada, a realidade externa.

Todavia, a maior parte das empresas jornalísticas aparenta não compreender o valor que a fotografia tem diante de sua estrutura, tendenciando a considerá-la como uma simples ferramenta ilustrativa. Isso faz com que os procedimentos que compõem a produção das imagens fotográficas institucionais sejam desconsiderados, e que as fotos percam seu contexto original, comprometendo assim a garantia de informações que as imagens detêm. Essa garantia só será alcançada se a imprensa remeter as fotografias ao seu contexto de produção, considerando-as como documentos arquivísticos e mantendo funções originais, possibilitando todas as novas chances de uso em outras perspectivas.

A importância e a necessidade desses documentos são indiscutíveis, principalmente no âmbito da Arquivologia, pois as fotografias estão ligadas diretamente ao aspecto administrativo da empresa, podendo assim entender todo seu contexto de produção para preservação da informação e para os diversos outros usos, como uma fonte segura e com um valor jornalístico confiável. Sendo assim, a proposição é mostrá-la como um recurso jornalístico que, quando se faça a recuperação das informações tácitas e precisas através de seus elementos constitutivos ela passe a ser considerada um documento de arquivo, refletindo assim na sua organização, produção, contextualização e o quão importante é o uso desses documentos dentro da estrutura organizacional.

Em síntese, seu potencial informativo é extraordinário, impactando diretamente em como os receptores interpretarão toda a associação de informações adquiridas. Portanto, entender sua gênese documental é propor um entendimento melhor do que será transmitido pelos jornais.

Para chegar à proposição do trabalho, usufruiu-se de levantamento bibliográfico com reflexões e discussões sobre o referencial teórico voltado às

temáticas de documento de arquivo, documento fotográfico, história da imprensa jornalística e uma breve análise de um estudo de caso feito em pesquisa a qual esse artigo teve como base (FARIAS, 2012).

2 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO ARQUIVÍSTICO

As discussões da inserção natural do documento fotográfico como evidência das funções de determinadas atividades são de baixa ocorrência, devido à lacuna nos estudos sobre outros gêneros e espécies documentais na Arquivologia, sendo retratados em maior parte das pesquisas o gênero textual. Entretanto, a fotografia está presente desde o século XIX na sociedade, modificando olhares e parâmetros. Ela é carregada de materialidade e de expressões, dificultando sua interpretação e sua utilização nos procedimentos arquivísticos, necessitando assim de estudos aprofundados sobre.

Para discorrer sobre documento fotográfico arquivístico, antes é necessário passar por fases, inicialmente, entender o que é um documento. Um dos motivos da utilização do documento é a necessidade dos homens em ter fatos para a memória, onde muitas vezes outros tipos de tentativa dessa não eram suficientes para sua preservação, criando assim o documento enquanto materialização de uma linguagem em um suporte.

Discutir o termo documento é pensar nos mais diversos significados e conceitos da palavra, por isso usaremos a definição segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73), define documento como “Unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato”. Já Contreras declara que:

[...] documento enseña, instruye sobre algo, independientemente de la materia en que haya sido confeccionado e independientemente del medio que se haya usado para enseñanza e instrucción que con él se pretenda dar [...] (CONTRERAS, 1981, p.31).

Perante essas duas definições, podemos perceber que o termo documento é muito abrangente, porém podemos começar a entendê-lo, sem nenhuma especificação, a partir da consideração de qualquer objeto ou coisa como

documento, em uma perspectiva fenomenológica⁷². A partir desse conhecimento mental (enxergar algo como documento), o objeto retratado traz com ele a capacidade de transmitir a informação registrada não palpável, sendo um conteúdo passível de perpetuação. Essa informação tem intencionalidade, e muitas vezes, serve como uma projeção dos fatos reais, porém é redigida de uma maneira pré-determinada, projetando em seu processamento fatores de indexabilidade. Sendo assim, podemos considerar o documento como algo que informe uma pessoa ou instituição e que a mesma considere relevante, estando registrada em qualquer suporte ou formato e que seja passível de prover essa informação para ensinar ou para comprovar alguma coisa ou fato.

Vista há tempos apenas como fonte histórica para a formação da memória, no decorrer do período e sua significação para a sociedade, se torna prova, tendo o valor primário como essencialidade. Esse documento carregado de valor é incontestável perante quesitos de autenticidade, passou a ser usado drasticamente pela burocracia vigente. Atualmente o conhecemos como arquivístico, onde a especificação e diferenciação do mesmo para o documento em si é o sentido encontrado nele. O documento de arquivo traz consigo uma relação entre ele e o meio que o produziu, tendo origem em três grandes âmbitos: o público - que advém da administração direta ou indireta; o privado - que pode ser considerado como a própria pessoa ou uma instituição fora dos padrões públicos; e o privado com caráter público - sendo entidades particulares, mas que produzem informações de caráter público à sociedade.

Bellotto apresenta uma definição de documento de arquivo como sendo documentos

[...] produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justifiquem sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos ou legais. Tratam, sobretudo de provar, testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte (BELLOTTO 2004, p.37).

⁷² Perspectiva Fenomenológica retratada como sendo idealização mental de um objeto ou coisa como documento.

Pouco antes da definição de Heloísa Bellotto, o Conselho Internacional de Arquivos (2000, p.15) o define como “Informação registrada, independentemente de forma ou suporte, produzida ou recebida e mantida por uma instituição ou pessoa no decurso de suas atividades públicas ou privadas”. Já o Conselho Nacional de Arquivologia (2006) atribui a organicidade como sendo o único ponto diferenciador da sua definição, o que mostra mais uma vez a grande abrangência do termo e a falta de uma delimitação específica para tornar a utilização do termo mais concisa e coerente, facilitando a sua utilização na divulgação do conhecimento. Para a administração, a documentação arquivística é considerada como o braço direito, dando amparo ao evidenciar as funções realizadas e sustentando as atividades com formalidade.

Essa possibilidade se dá devido ao caráter de fonte de prova que a documentação arquivística recebe, onde são explícitos os fins funcionais e/ou intelectuais a que o documento se propõe, retratando a infraestrutura do órgão que a gerou. Apesar do entendimento de que o documento de arquivo só é passível a essa consideração a partir do momento em que o mesmo reflete a função para o qual foi gerado, o mesmo necessita de alguns outros fatores importantes no ponto de vista da Arquivologia para se concretizar fielmente. Para que o documento arquivístico seja considerado como fonte de prova deve haver algum fato a ser registrado e comprovado, o que por sua vez afirmará seu caráter arquivístico. Esse caráter consiste de algumas características: autenticidade documental, naturalidade, organicidade; inter-relação, unicidade e imparcialidade.

Dentre as perspectivas relatadas, o documento de arquivo é uma unidade documental em qualquer suporte ou formato, ligada proporcionalmente ao seu criador e na intenção do mesmo em sua criação, não necessariamente estando no âmbito administrativo, mas desde que cumpra com a função de registrar a ação executada pelo seu criador. No entanto, queremos chegar ao entendimento de documento fotográfico de arquivo, mas para isso ainda necessitamos esclarecer dois pontos: o do que é a fotografia e consecutivamente o que é documentação fotográfica.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), fotografia é a “Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de agentes químicos”. Essa imagem derivou-se da curiosidade do homem em retratar imagens fora do

aspecto da arte, sendo assim um “[...] intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detentor de emoções.” (KOSSOY 2001, p.28).

A aceitação social desta invenção se deu aos poucos e, primeiramente, se tornou reconhecida pela possibilidade de ceder informações e apoiar a construção do conhecimento nas áreas da medicina e do reconhecimento criminal, mostrando-se firmemente no século XX como um arsenal que perpetuaria e que tornaria o mundo um lugar das imagens. Esse fragmento do real possibilitava a quem o questionasse as possibilidades de conhecer o passado histórico, a recordação de seu próprio passado, a criatividade artística e a qualidade essencial do ponto de vista desse trabalho, o valor de natureza testemunhal. Porém a produção da fotografia é controlada por um filtro cultural, o fotógrafo, capaz de condicionar e direcionar regras e emoções.

À medida que as fotografias são produtos documentais capazes de expressar informações, salientamos que sua materialização só ocorre ao estarem em um suporte físico, podendo então, ser consideradas como documentos fotográficos. Consideremos documento fotográfico como uma imagem relevante ao ponto de vista da pessoa física ou da instituição produtora ou acumuladora, que possa transmitir uma informação, estando em qualquer suporte ou formato. Os documentos fotográficos são desprovidos de discussões, onde a autora Aline Lacerda (2008, p.88) retrata que “o entendimento da fotografia como documento, e mais além, como documento de arquivo, não constitui um movimento consensual na área”, o que acarreta a desvinculação da imagem do âmbito dos arquivos, devido à característica de ambiguidade e de ideias sintéticas. Essa ambiguidade e subjetividade da imagem faz com que os procedimentos arquivísticos nunca consigam ser precisamente instaurados, sendo em alguns quesitos errôneos e abertos a questionamentos.

Outro ponto fatídico é que a sociedade gera uma resistência em considerar e aceitar informações que não sejam por signos concretos, texto, sendo o visual uma espécie de difícil interpretação e utilização documental (KOSSOY, 2001). Porém, podemos relacionar a fotografia como documento de arquivo ao estudar e interpretar sua ontologia, que está diretamente ligada ao momento da gênese da cena registrada, entendendo a dualidade do questionamento da produção ao tentar interpretar quem seria o detentor da imagem. Se, devidamente retratado, os

aspectos de produção da imagem, sua consideração como documento de arquivo seria inquestionável, principalmente se associada a uma prática funcional e rotineira de uma pessoa ou de uma instituição.

A produção documental se traduz na criação do documento decorrente das atividades determinadas de acordo com a organicidade das entidades produtoras em um processo natural, formando uma documentação essencial, que comprova formalmente o ato exercido, obedecendo a requisitos válidos como competência, finalidade, motivo, forma e um objeto, de forma peculiar. Esses necessitam ser pautados no entendimento de algumas questões de racionalização e padronização nos ambientes informacionais, garantindo o melhor entendimento da documentação, facilitando a assimilação quando são criados segundo as rotinas e funções das organizações, comprovando fatos e atividades realizadas. Considerar o documento fotográfico como arquivístico seria entender que “cada documento se vincula por um só nexo à atividade [...] que o produziu, um nexo qualificado pela função a que servia o documento” (DURANTI, 1996 apud LACERDA 2003, p. 92).

Esse entendimento seria facilitado se, no momento de realização da fotografia, o fotógrafo soubesse o porquê ele a está fazendo, entretanto, muitas vezes ele apenas presta serviço às empresas ou comercializam, passando esse direito para quem a comprou. Isso acarreta em perda das informações da gênese fotográfica que vincularia a foto a um contexto. Em conclusão, podemos perceber que a fotografia é passível de ser considerada como documento de arquivo dentro de alguns aspectos, dentre eles a contextualização da produção imagética, e consecutivamente o entendimento de sua proveniência, fazendo com que a mesma seja possível evidência. Evidenciar a fotografia e seus processos de gênese é interpretá-la, não somente como uma fonte, mas como um objeto carregado de informação.

3 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA IMPRENSA JORNALÍSTICA BRASILEIRA

A utilização das fotografias nos jornais brasileiros - fotojornalismo brasileiro - tem verdadeiramente início com as fotografias feitas em gravuras, onde devido à economia e as condições viáveis eram adequadas ao gosto dos leitores, sendo dramatizadas e interpretadas pelos editores para posteriormente dispor ao público.

Entretanto, o realismo não era evidente nessas, fazendo com que diversos tipos de interferências ocorressem como passar do tempo. Dessas interferências surgem necessidades de “estudar e especular” sobre o daguerreótipo, retratado principalmente pelo jornal “Comércio Carioca” e também pelo periódico “Semana Ilustrada”, que além das principais informações sobre a técnica, retratava experiências com relação à fotografia, características intrínsecas e extrínsecas e as reações comportamentais do povo.

As imagens fotográficas litografadas na imprensa traziam, primeiramente, um fator humorístico ao cotidiano, entretanto, era carregada de indagações e problemas como interpretação pelos mais leigos, que não a visualizavam como uma “realidade condicionada”, ou até mesmo temiam a técnica do fotografar, fugindo assim das cenas. Com isso, houve grandes mudanças nos processos de comunicação no nosso país, porquanto o papel desempenhado pela fotografia em relação ao texto no período ainda era secundário, não associativo e sem autonomia alguma. Consoante à valorização ou ainda a não valorização das imagens, os jornais se subdividiam entre a utilização da fotografia como primordial e autônomo ou não em suas editoriais. Pode-se perceber isso no jornal “A imprensa ilustrada do Rio de Janeiro”, no período em que é objeto do presente estudo, onde inclui alguns jornais nos quais a fotografia cumpria um papel secundário em relação ao texto, meramente ilustrativo. Há casos, até, em que as ilustrações gozam de total autonomia, não guardando qualquer relação com os textos publicados e sem possuírem caráter noticioso. Por outro lado, destacam-se, no período, diversos outros jornais ilustrados, em que a fotografia desempenha papel crucial, às vezes até mesmo autônomo, em relação aos textos. Ainda que as imagens não carregassem verdadeiramente seu sentido e sua relação principal com o texto, a verdadeira história da fotografia na imprensa se inicia a partir daí, com a retratação de fatos e acontecimentos através de imagens.

Um dos principais responsáveis pelo fato foi Henrique Fleiuss, que deslanchou o aceite da fotografia pela classe elitizada no Brasil e desdenhou dos seus mais preciosos dotes, para lançar cada vez mais admiração pela fotografia no país, através do periódico “Semana Ilustrada”, com propostas inovadoras e concretizando o aspecto brasileiro da metalinguagem na fotografia. Fleiuss responsabilizou-se pela implantação da primeira experiência carioca de realização e coberturas editoriais jornalísticas, juntamente com as notícias ilustradas para

construção do imaginário, deixando fortes expressões visuais. E em 1865, retratou assiduamente e em primeira mão imagens ainda litográficas, devido às condições precárias e a sensibilidade da chapa de gravação, da Guerra do Paraguai. Por consequência, é a partir desses noticiários realísticos que a sociedade absorve a importância do jornalismo noticiário para formação de uma memória ou pela interpretação unificada e correta do ponto de vista individual sobre os acontecimentos.

Resultante, foi concedido o mérito da fotorreportagem juntamente com a união do texto verbal na imprensa brasileira por mostrar os acontecimentos e ainda tornar-se no futuro uma marca do passado. E adquiriu também, o valor de prova dos fatos a partir das imagens, onde é preciso ver para crer, e a imagem se torna ao mesmo tempo “necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra” (ERMAKOFF apud MARÇAL, 2004, p. 194). Ao passo da entrada das décadas de 1880 e 1890 é observado o ápice que a fotografia alcançou nesses tempos, aderindo-se aos jornais, até mesmo os plenamente textuais, com uma forma imbatível. Essa força se deu graças aos avanços tecnológicos no campo, trazendo emulsões mais rápidas, filmes flexíveis, câmeras de fácil manejo, avanços ópticos e o mais visível recurso, o instantâneo fotográfico.

São nas últimas décadas do século XIX, que juntamente com os avanços tecnológicos a expressão gravura denominada sobre o termo fotografia, tornou-se um modo de referenciar o então impresso fotográfico. Houve com simultaneidade a presença tanto da própria fotografia, do desenho e da gravura em muitos momentos. Houve também nessa mesma época a invenção do sistema de telégrafo, que ajudou a transmitir mensagens de um ponto para o outro em grandes distâncias. Fato de grande contribuição para as redações jornalísticas, que se engajavam na notícia, porém deixavam as imagens com disparidade dos relatos textuais. Apesar de grandes ilustradores e de impressos de primeira linha, até então, na década de 1880, retratar imagens nos periódicos impressos era uma aventura, devido à reprodução fotomecânica ainda não ter sido fortalecida no país. Outro jeito de unir texto e fotografia na época se sucedeu com a colagem de uma cópia fotográfica albuminada (original) na página do jornal “A lira”, em 1888. Porém, a melhor tentativa aconteceu meses depois, quando foi impresso em meio-tom o texto e foto, unidos em duas cores. Posterior a esse evento, várias outras tentativas em meio-tom,

imagens pelo processo de autotipia e imagens litográficas foram publicadas em vários impressos em excelente qualidade. Entretanto, nenhuma se formava como a fotografia impressa em si. É então, na passagem do século XIX para o século XX, que a imprensa deixa de ser artesanal e se torna mecanicamente industrial, entrosando graficamente imagem e texto na mesma página, e fazendo com que a fotografia seja realmente retratada como uma notícia. A “Revista da Semana” traz em seus números, pela primeira vez no jornalismo, imagem com visão sensacionalista na tentativa de tocar a todos os leitores, e complementando essa tentativa através de legendas explicativas e radicais sobre a imagem. Foi ela quem iniciou a investida carioca de junção da fotografia e da imagem, completando o verdadeiro valor da imagem e passando a partir dali, para a reprodução fotomecânica, que marcaria cada vez mais o procedimento fotográfico e a fotorreportagem daí em diante. Com o sucesso da técnica fotomecânica e a utilização em larga escala da autotipia, o processo se torna eficaz no que tange a viabilidade econômica e a rapidez com qualidade. São feitas melhorias também nas câmeras e nos filmes utilizados, deixando-os mais sensíveis e os readequando para melhorias no aspecto de iluminação, desenvolvendo assim um grande impulso nos fatores críticos do fotojornalismo. Além disso, é também visto o grande avanço tecnológico na área da comunicação, o que favorece cada vez mais a rapidez com que as reportagens eram realizadas e expostas aos seus leitores. Contudo, desde o início do século XX, a grande imprensa passa a usufruir bruscamente das imagens fotográficas, retratando com grande importância a fotografia e revelando o seu grande caráter informativo. Segue adiante as transformações tecnológicas em grande quantidade sobre a mesma, tornando-a cada vez mais fácil para a impressão juntamente com o texto e adentrando profundamente a era digital, o que contribui no fotojornalismo para que as mesmas sejam transmitidas por redes, com uma velocidade quase nem notável, revolucionando as publicações jornalísticas e a chegada da informação aos leitores.

4 ANÁLISE

A empresa referida no trabalho de base, se faz responsável pelas funções de redação e impressão do próprio jornal; concede serviços de impressão a outros

jornais regionais, devido aos seus aparatos tecnológicos. Sua produção fotográfica é feita por fotógrafos contratados pela própria empresa jornalística, que seguem criteriosamente as instruções relatadas nas pautas feitas pela produção. Outro meio de adesão de fotografias é pelo banco de dados nacional, utilizados por todos os jornais do país. O documento é produzido/comprado conforme a necessidade da matéria em ser retratada no jornal, como uma ferramenta ilustrativa e também informativa aos leitores. Após análise de adequação de imagem, a pauta e a notícia textual, o documento fotográfico recebe seu destino, sendo encaminhado para redação, completando a função de ceder informação juntamente com o texto escrito, e também ilustrar o acontecimento.

A empresa não conta com um planejamento e uma padronização desse trâmite, o que acarreta em divergências nos procedimentos tanto da formulação de pauta, como na retratação da temática. Nesse ponto, as funções administrativas da organização se completam, porém, há necessidade de observar como a fotografia se adentra ao contexto.

Para essa, a fotografia é vista como um documento de ilustração e também um produto carregado de informações, em que, através da junção e da dependência de ambos os pensamentos, o aspecto econômico do jornal será favorecido. Há uma crença também de que o valor da fotografia é atribuído através dessa coligação, onde primeiramente o que é visualizado pelo leitor são as imagens, o que a torna meramente uma ilustração, e posterior às mesmas são comercializadas como um produto pelos consumidores, o que lhe concede um valor de prova do fato, que será retratado na notícia textual.

A empresa conta com um grande acervo fotográfico, porém, não mensurável e nem dotado de organização especializada, sendo formado tanto por fotografias analógicas quanto por digitais, sendo apenas mantidos os originais fotográficos, que como ideia do jornal, no analógico, somente as ampliações publicadas eram mantidas e no digital, todas são mantidas em banco de dados.

Seria necessário estabelecer novos critérios para a consideração do original fotográfico, pois, a partir do negativo há a possibilidade de ampliar quantas imagens forem necessárias. Todavia, ao considerar a ampliação como original e a possível eliminação da matriz negativa, a reprodução de mais ampliações é dificultada. No digital, a necessidade de uma descrição arquivística é visualizada, pois a recuperação quando necessária se tornaria mais rápida e fácil, ajudando também na

possibilidade de reutilização da fotografia, já que muitas vezes são reutilizadas em edições diferentes e com um longo espaço de tempo entre as publicações.

Para se ter uma melhor compreensão do documento como um complemento da produção documental, são as questões voltadas ao tratamento e gestão documental como: identificação, descrição, classificação e conservação destas imagens, onde a mesma não utiliza nenhum procedimento para a melhor gestão dessa documentação, somente no caso da documentação analógica, um padrão de catalogação biblioteconômico para registrar algumas informações pertinentes ao item ou ao conjunto documental e no digital, indexação e descrição contendo apenas temática da fotografia, data, local, quem realizou o pedido para a produção da imagem, créditos da imagem, nome das pessoas retratadas, entre outros.

Contudo, observa-se a necessidade urgente de contextualização das imagens através da guarda e preservação das pautas criadas em reuniões, sendo essa guarda possibilitada através das transformações das pautas até então feitas em papel, para o suporte digital, o que facilitará a guarda, para a futura descrição da imagem no banco de dados, sempre os associando. Não somente isto, mas também uma padronização no conteúdo da pauta, sendo esse fora criado conforme metadados do banco de dados, o que contemplará perfeitamente os quesitos descritivos. Isso fará com que todos os profissionais fotógrafos relatem os mesmos aspectos nas mais diferentes situações, satisfazendo as necessidades para o completo entendimento da produção documental da empresa. Através desse maior detalhamento descritivo da produção documental, será possível chegar a processos de organização lógicos que contribuirão de maneira ágil para a recuperação da informação em qualquer instância, sem acarretar a perda da informação por não saber onde a mesma se localiza, e possibilitar um novo uso da imagem.

O valor documental de uma imagem criada pela empresa jornalística só será devidamente atingido, ressaltado, quando a mesma analisar e contextualizar sua produção documental, sendo então produto de uma atividade cotidiana do jornal, baseando-se sempre em preceitos arquivísticos.

Adentrar a essa análise e usufruir dos procedimentos arquivísticos é posicionar a instituição para uma melhora, considerando que essa documentação fotográfica é um produto de suas atividades, sendo então provenientes e fiéis a um fundo de arquivo institucional, detentores de organicidade, em que, através da

produção documental toda a estrutura organizacional será compreendida e as funcionalidades dessa documentação descritas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A explanação da análise feita através do estudo de caso do trabalho de base evidenciou a importância da produção documental no ambiente jornalístico. Mostrase também que a fotografia não é uma mera ilustração, sendo concretizado um produto institucional e condicionada a construção de informação e conhecimento sob seu respaldo.

É passível de se estabelecer também que, através do entendimento da união do documento com as funções administrativas permeadas pela empresa surgem, mesmo que não sendo de fácil visualização, uma relação natural essencial para a documentação arquivística, que traz à tona a relação produtor/fotografia, deixando-as assim com o total sentido de sua produção.

Esse sentido de produção deve ser mantido junto à fotografia, para que haja em qualquer momento histórico, a correta interpretação do motivo pelo qual a fotografia foi realizada e para quem. Além disso, há necessidade em que as instituições jornalísticas visualizem e demonstrem suas funções essenciais, seu procedimento e principalmente a sua estruturação de funcionamento.

As informações sejam em qualquer meio, físico ou digital, devem ser passíveis de recuperação informacional, tornando-se através de sistemas de indexação e controle de vocabulário, artefatos de eficiência para a organização.

A alimentação de sistemas de banco de dados e de informações devem ser retroalimentadas por profissionais capacitados a isso, fazendo assim com que as informações ali inseridas de alguma forma sejam normalizadas e padronizadas.

Concluindo assim, que caracterizar a fotografia através do entendimento do seu contexto de produção é comprová-la como um documento, principalmente como um documento de arquivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Marçal. **História da fotorreportagem no Brasil** – a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2004.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

_____ **O que é documento arquivístico**. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/perguntas_e_respostas.pdf> Acesso em: 02 de junho de 2012.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONTRERAS, Luis Nuñez. Concepto de Documento. In: [Sevilla \(Espanha: Provincia\). Diputación Provincial](#). **Archivística**: estudios básicos. Sevilla, 1981, p. 27-44.

FARIAS, Aline Ribeiro de. **Imagens fotográficas enquanto documento arquivístico e a contextualização da produção documental**: um estudo de caso do Jornal da Cidade de Bauru. 2012. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SONTAG, Susan. **Sobre la fotografía**. México: Santillana Ediciones Generales, S.A., 2006.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhadas da história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 81-95.